

Ano XXIV nº 6344 – 14 de maio de 2021

Lei garante à gestante afastamento do trabalho presencial na pandemia

Sancionada a Lei 14.151, que garante regime de teletrabalho às trabalhadoras gestantes durante a pandemia da covid-19. A norma foi publicada no Diário Oficial da União de ontem, quinta-feira, 13 de maio.

De autoria da Deputada Federal, Perpétua Almeida (PC do B) o texto estabelece a substituição do trabalho presencial pelo remoto, para a trabalhadora gestante que deverá ocorrer sem redução de salário.

Segundo o Planalto, a sanção "é uma importante medida à preservação da entidade familiar e representa uma medida saudável para proteção das gestantes e, ao mesmo tempo, para utilização de sua força de trabalho de forma segura".



Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde mostram um aumento na letalidade da Covid-19 entre as grávidas brasileiras. Mais de 200 mulheres morreram nos últimos meses de gestação ou no pós-parto após serem diagnosticadas com o coronavírus. Esse quantitativo representa mais de 70% dos óbitos maternos em razão da doença em todo mundo.

Lucro da Caixa aumentou 50,3% e chegou aos R\$ 4,6 bi no 1º trimestre

O lucro surpreendente da Caixa de R\$ 4,6 bilhões no primeiro trimestre de 2021 não inibiu a direção do banco em manter o pagamento a menor da PLR Social dos empregados. A instituição financeira distribuiu 3% do lucro de 2020 com os trabalhadores, ao invés dos 4% linearmente para todos, como prevê o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho).

Para não pagar o valor certo, a Caixa justificou a medida com indicadores não negociados com os representantes dos bancários e definidos antes da pandemia da Covid-19. Com isso, o prejuízo na PLR Social chega até R\$ 1.600,00 por empregado. Mesmo tendo queda de 1,98% com as despesas com pessoal, incluindo a PLR, em 12 meses.

A atitude do banco comprova mais uma vez que o empenho dos trabalhadores que arriscam a vida diariamente em prol da população não é valorizado pela empresa. Na reunião da última terça-feira, 11/05, com a CEE, a direção da Caixa ainda disse que a PLR Social foi o reconhecimento pelo pagamento do auxílio emergencial.

‘País não está quebrado. Aumento da fortuna de milionários é a prova’, diz economista

Os percentuais de desemprego e endividamento neste período de pandemia estão em patamares mais elevados do que seria possível devido a decisões políticas, que priorizam milionários, como acionistas de grandes empresas e investidores estrangeiros, em detrimento do trabalhador brasileiro. Essa é a avaliação dos economistas Ladislau Dowbor e Juliane Furno, professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de Campinas (Unicamp), respectivamente.

De acordo com dados do ministério da Economia, o PIB (Produto Interno Bruto) de 2020 foi de R\$ 7,5 trilhões. Atualmente, a população brasileira, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 212 milhões de pessoas, com esse PIB, não era para a maior parte da população brasileira viver como vive. “O que a gente produz hoje dá 11 mil reais por mês, por família de quatro pessoas; a gente produz muito mais do que o necessário para assegurar a todo mundo uma vida digna e confortável”, resume Ladislau.

Apesar do discurso amplamente divulgado inclusive pelo Presidente da República, de que “o Brasil está quebrado”, Ladislau Dowbor, que também foi consultor de agências econômicas e de fomento das Nações Unidas, governos e municípios, lembra que, em 2020, durante a pandemia, em apenas quatro meses, “42 bilionários no Brasil aumentaram as suas fortunas em 180 bilhões de reais”.